



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

CULTURA POPULAR E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: EDUCAÇÃO DE ADULTOS NAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS DO MEB NOS ANOS DE 1960

Prof. Dra. Kelly Ludkiewicz Alves
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Endereço eletrônico: kelly.alves@ufba.br

A pesquisa aborda, primeiramente, a concepção de cultura popular e como esta foi utilizada como categoria política pelos estudantes universitários, no início da década de 1960, por meio da Ação Popular (AP) – movimento dissidente da Juventude Universitária Católica (JUC) – tendo em vista seu engajamento nas questões sociais, desde a década de 1950 (NAGAMINE, 1996). Tal participação derivava da militância de seus membros nas atividades políticas estudantis num momento crucial da vida política da universidade, em que os estudantes assumem uma posição revolucionária voltada para fazer a ponte entre a universidade e a sociedade (KADT, 2007).

Apresentamos o conceito de cultura, tendo em vista o percurso histórico, apresentado por Williams (2007), de transformação no significado e usos do termo a partir do século XVIII, para dar origem ao seu sentido moderno, a partir do qual destacamos alguns pontos do documento “AP/Cultura Popular”, elaborado em 1963, que define a concepção de cultura popular defendida pelos integrantes da AP. Por se tratar de um movimento dedicado a promoção da cultura popular tendo como um de seus principais focos de ação a alfabetização dos adultos, e a atuação de muitos de seus militantes junto ao Movimento de Educação de Base (MEB), também tratamos de como a cultura popular foi mobilizada na cartilha *Viver é lutar* elaborada pelos integrantes do MEB, também em 1963, para auxiliar na alfabetização dos adultos camponeses.

Na segunda parte, discutimos a partir das contribuições de Williams (1992), como a cultura popular mobilizada pelo MEB, com finalidade política, foi apropriada pelos camponeses, por meio da utilização do intercâmbio epistolar e do rádio como veículo educativo. Analisamos um conjunto de 650 cartas escritas pelos monitores e alunos que frequentaram as escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco, de cuja criação, em 1961, fizeram parte alguns militantes da AP. Tendo em vista a compreensão da cultura como uma produção cotidiana do povo, nossa abordagem trabalha com a cultura popular a partir do contexto histórico específico de sua produção, por meio da identificação de práticas



próprias da população camponesa que transformaram a escola radiofônica em um espaço de formação e atuação política (ALVES, 2016).

Cultura popular: um instrumento para a mudança

A palavra cultura possui usos e significados bastante distintos ao longo do tempo. De seu sentido primeiro, relacionado à ideia de processo ou cuidado com algo, a cultura ou cultivo do alimento, neste caso relacionado à prática ou a uma ação concreta, o termo foi transformando-se paulatinamente, de modo que, em seu uso moderno, a partir do século XVI, foi ganhando um sentido metafórico, que passa a incluir o processo de desenvolvimento humano, aproximando cultura, cada vez mais, de um uso voltado para distinguir aquele que é dotado de algo, ou seja, o espírito culto (WILLIAMS, 2007). Ao longo do século XVIII operou-se um lento processo de separação da cultura em seu âmbito “material”, para o despertar do “desenvolvimento humano”.

No Brasil, o uso do termo cultura popular como um modo específico de expressar-se de um povo, ou do povo de um modo geral, adquire maior espaço na primeira metade do século XX, influenciado, muito fortemente, pelo debate e pela atuação política promovida por setores oriundos das camadas médias urbanas. Estes se engajaram nas questões sociais por meio da atuação no movimento estudantil e em outros movimentos sociais, como foi o caso da JUC e da AP, cujos membros possuíam também forte inserção na Igreja Católica, que nesse momento utilizava o ensino confessional como campo de disputa ideológica para manutenção de seu espaço de poder na sociedade. Engajadas nessas ações, as forças políticas laicas, de orientação à direita ou à esquerda, percebiam o poder da Igreja em influenciar processos de transformação social, assumindo posições vistas como estratégicas para a promoção da cultura popular, por meio de atividades de educação de base (GAVIÃO, 2007).

Influenciados em grande parte pela visão marxista-estruturalista, os militantes da AP compreendiam a cultura a partir da dialética entre a subjetividade – desenvolvimento do sujeito – e a objetividade – ação do sujeito. Assim, a cultura autêntica seria aquela que, por ser universal, possibilitaria a comunicação das consciências entre os homens, seus valores e significações, e sua interação no mundo: “É como intencionalmente universal que a cultura deve ser dita *popular*” (FÁVERO, 1983, p.18), “[...] isto é, uma cultura que



permita a abertura das consciências num grau de universalidade crescente” (FÁVERO, 1983, p.23). Para isso deveria comunicar-se com o povo, de modo que “suas significações, valores, ideais, obras, são destinadas efetivamente ao povo e respondem às suas exigências de realização humana em determinada época [...]”. Concebem como “[...] popular a cultura que leva o homem a assumir a sua posição de sujeito da própria criação cultural e de operário consciente do processo histórico em que se acha inserido” (FÁVERO, 1983, p.23).

Destacamos alguns elementos da cartilha *Viver é Lutar* cujo nome dá o tom da perspectiva política assumida no material didático, que tinha como proposta ser um instrumento de conscientização dos camponeses. Sua mensagem focalizava “[...] a valorização do homem e da comunidade, sua cultura, seu papel diante da realidade brasileira - tudo de acordo com as necessidades das diferentes áreas” (MEB, 1963). Os exercícios destinados à alfabetização possuíam um forte contorno político, “despertando o adulto para o necessário engajamento em grupos de trabalho na comunidade - clubes, sindicatos, cooperativas, artesanatos, etc.” (MEB, 1963).

Podemos destacar tal aproximação e diálogo com a cultura popular a partir de elementos como a inserção de imagens das paisagens e cenas cotidianas, e a utilização de nomes próprios para se referir aos personagens que compunham as lições, estabelecendo um diálogo mais próximo com o leitor. As festas populares do Carnaval, São João, maracatu, capoeira, ciranda, entre outras são apresentadas como parte do folclore e da arte popular, capazes de revelar a alma do povo. A cultura camponesa era apresentada como uma cultura genuinamente popular e autêntica, capaz de superar os desníveis culturais, que impediam a comunicação entre os diversos grupos sociais.

Camponeses, cultura popular e educação pelas ondas do rádio

Ao mobilizar a cultura dos camponeses para fins políticos, o MEB contribuiu para a construção de espaços de manifestação cultural, que transformaram as escolas radiofônicas em organizações produtoras de cultura. A programação radioeducativa transmitida diariamente, que configura um dos elementos que constitui o currículo (GOODSON, 2018) propagado pelo MEB, é um exemplo de como os membros das equipes locais, formadas em sua maioria pelas professoras-locutoras e pelas supervisoras



que visitavam as escolas, tentaram criar formas de aproximar os alunos do conteúdo das aulas, estimulando sua participação e engajamento nas atividades cotidianas da escola e nos demais espaços de organização política.

Diversas técnicas eram sugeridas com o objetivo de motivar os alunos e os monitores, despertando seu interesse pela programação radiofônica, criando espaços de interação e circulação da cultura popular ao longo dos programas veiculados pelas rádios, sobretudo, na programação especial que era transmitida aos finais de semana. Tais técnicas variavam de dramatizações, diálogos e novelas, além de visar à participação dos alunos na feitura dos programas, por meio do envio de poemas nas ocasiões dos concursos que eram promovidos pelo MEB. Também atendiam aos pedidos de músicas de monitores e alunos, que aproveitavam para prestar homenagens, enviar saudações e cumprimentos a pessoas queridas, por alguma ocasião especial.

A leitura das cartas durante a programação foi uma das maneiras adotadas para incentivar a participação de alunos e monitores, estimulando-os como ouvintes e como escritores das missivas e dos poemas enviados para compor a programação. Este incentivo foi bastante exitoso, de modo que muitas cartas com diversos conteúdos e temas foram enviadas às radioeducativas para tirar dúvidas sobre o conteúdo das aulas ou sugerir temas a serem abordados, que contribuíam para a interação e participação dos aprendizes na elaboração do currículo das aulas, e para a circulação de informações.

Na programação especial também se difundiam as notícias sobre as festas realizadas com a finalidade de arrecadar fundos para contribuir com a compra de material e com a manutenção da escola. Estas aproximavam as experiências ocorridas em torno das escolas radiofônicas dos objetivos educacionais do MEB, pois, envolviam o engajamento e a cooperação entre as escolas e a comunidade, envolvendo processos de tomada de decisão, de intervenção em âmbito comunitário e o aproveitamento das tradições culturais, como os festejos populares e dias dedicados aos santos. Podemos atribuir ao êxito dessas iniciativas, o fato de serem práticas culturais tradicionais e costumeiras dos camponeses que passam a ser mobilizadas em favor do funcionamento das escolas, possibilitando que muitas não fossem fechadas devido à falta de recursos.

A combinação do uso do rádio com o intercâmbio epistolar que o MEB fez para fins educativos, enquanto tecnologias disponíveis à circulação de informação e educação



permitiram acessar as regiões mais distantes e intercambiar informações, estabelecendo “diálogos” entre ausentes, ao modo mais antigo que se tem notícia na história da humanidade. O hábito de escrever uma carta a um parente distante sempre fizera parte da cultura do camponês, mesmo das pessoas não alfabetizadas que costumavam pedir a outros que escrevessem em seu lugar, desse modo, graças às cartas que as questões da comunidade puderam circular nas ondas do rádio.

CONCLUSÕES

Procuramos compreender a cultura popular como instrumento de mobilização e organização, a partir das práticas e dos múltiplos processos de assimilação e resistência possíveis no cotidiano (WILLIAMS, 1992). Ao mobilizar a cultura dos camponeses para fins políticos, o MEB possibilitou práticas que transformaram as escolas radiofônicas em espaços de aprendizagem, produção e circulação da cultura popular, em meio a processos contraditórios e descontínuos, que evidenciam o engajamento de algumas comunidades. Por meio da programação radiofônica, das aulas, da organização de festas e de reuniões, que aconteceram como fruto da dinâmica de funcionamento das escolas, assim como da formação de uma comunidade de escritores e ouvintes por meio do intercambio epistolar, os camponeses deram visibilidade às suas expectativas em relação à alfabetização, bem como revelaram os limites para sua realização.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Popular; Alfabetização de Adultos; Educação Radiofônica; Intercambio Epistolar; Práticas Culturais;

REFERÊNCIAS

ALVES, Kelly Ludkiewicz. *Entre as cartas e o rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base em Pernambuco (1961-1966)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2016.

FÁVERO, Osmar. (Org.). AP / Cultura Popular. *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983.

GAVIÃO, Fábio Pires. *A “esquerda católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2007.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*, Petrópolis, Editora Vozes, 2018.

KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

MEB. Análise do Conjunto Didático “Viver é Lutar”. Rio de Janeiro. (1963).

Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-1-analise-conjunto-viver-lutar.pdf>. Acesso em 09 de jan. 2019.

NAGAMINE, José M. *Universidade e compromisso social: a experiência da reforma da PUC de São Paulo*, São Paulo, EDUC, Editora Autores Associados, 1996.

WILLIAMS, Raymond. Sandra Guardini Vasconcelos [trad.]. *Palavras-chave*. Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Lólio Lourenço de Oliveira [trad.]. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 199

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO